



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Atos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO Nº 4/2015

Disponibilização: 02 de março de 2015

Período abrangido: de 16 a 27 de fevereiro de 2015

ÍNDICE TEMÁTICO

1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **AGRICULTURA, AGRO-PECUÁRIA**
- **PESCA**

4. AMBIENTE

5. ATIVIDADE PARLAMENTAR

6. EDUCAÇÃO

7. ENERGIA

8. FINANÇAS

- **BANCA, INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E SOCIEDADES FINANCEIRAS**
- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**
- **PATRIMÓNIO DO ESTADO**
- **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**

9. INDÚSTRIA

10. JUSTIÇA

- **REGISTOS E NOTARIADO**



11. PORTUGAL 2020

12. QREN

13. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**
- **MADEIRA**

14. SAÚDE

15. SEGURANÇA SOCIAL

16. TRABALHO

- **FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

17. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **TRANSPORTES**
- **SEGURANÇA MARÍTIMA**

18. TURISMO

19. URBANISMO



1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- **SEGURANÇA INTERNA**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 7-A/2015, de 20 de fevereiro
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova a Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo.

2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Portaria n.º 41/2015, de 19 de fevereiro
(Ministérios das Finanças e dos Negócios Estrangeiros)

Fixa o número de estagiários a admitir em 2015, o prazo para apresentação de candidaturas e a data de início dos estágios no âmbito do Programa de Estágios Profissionais na Administração Central do Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

3. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **AGRICULTURA, AGRO-PECUÁRIA**

Portaria n.º 42/2015, de 19 de fevereiro
(Ministério da Agricultura e do Mar)

Estabelece as normas regulamentares aplicáveis à atividade de detenção e produção pecuária, ou atividades complementares, de bovinos, ovinos, caprinos e cervídeos e revoga a Portaria n.º 638/2009, de 9 de junho.

Despacho Normativo n.º 6/201, de 20 de fevereiro
(Ministério da Agricultura e do Mar - Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura)

Estabelece os requisitos legais de gestão e as normas mínimas para as boas condições agrícolas e ambientais das terras no âmbito da condicionalidade.



Portaria n.º 50/2015, de 25 de fevereiro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Estabelece o regime de aplicação dos apoios n.ºs 7.4, «Conservação do solo», 7.5, «Uso eficiente da água», 7.6, «Culturas permanentes tradicionais», 7.7, «Pastoreio extensivo», 7.9, «Mosaico agroflorestal», e 7.12, «Apoio agroambiental à apicultura», da medida n.º 7, «Agricultura e recursos naturais», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente.

Portaria n.º 55/2015, de 27 de fevereiro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Estabelece o regime de aplicação do apoio «Manutenção de raças autóctones em risco», da ação 7.8, «Recursos genéticos», integrada na medida n.º 7, «Agricultura e recursos naturais», da área n.º 3, «Ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente.

Portaria n.º 56/2015, de 27 de fevereiro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Estabelece o regime de aplicação da ação n.º 7.3, «Pagamentos Rede Natura», integrada na medida n.º 7, «Agricultura e recursos naturais», da área n.º 3, «Ambiente, eficiência no uso dos recursos e clima», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente.

Portaria n.º 57/2015, de 27 de fevereiro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Aprova o Regulamento de aplicação dos regimes de pagamento base, pagamento por práticas agrícolas benéficas para o clima e para o ambiente, pagamento para os jovens agricultores, pagamento específico para o algodão e regime da pequena agricultura.

• **PESCA**

Portaria n.º 34/2015, de 16 de fevereiro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Primeira alteração à Portaria n.º 198-A/2014, de 2 de outubro, que aprova o Regulamento do Regime de Apoio à Cessação Temporária das Atividades de Pesca da Sardinha com Recurso a Artes de Cerco.

Portaria n.º 35/2015, de 16 de fevereiro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Primeira alteração à Portaria n.º 217/2014, de 20 de outubro, que aprova o Regulamento do Regime de Apoio à Cessação Temporária das Atividades de Pesca da Sardinha com Recurso a Arte de Xávega ou Redes de Emalhar de Deriva de Pequenos Pelágicos.

Portaria n.º 36/2015, de 16 de fevereiro

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Primeira alteração à Portaria n.º 218/2014, de 20 de outubro, que determina a interdição do exercício da pesca pela frota de arrasto licenciada para a malhagem 55-59 mm por um período de 30 dias e aprova o Regulamento do Regime de Apoio à Cessação Temporária das Atividades de Pesca da Pescada Branca do Sul e do Lagostim.



4. AMBIENTE

Portaria n.º 44/2015, de 20 de fevereiro

(Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, da Saúde e da Educação e Ciência)

Aprova os valores dos níveis de liberação para os resíduos radioativos sólidos a aplicar pela Comissão Reguladora para a Segurança das Instalações Nucleares.

5. ATIVIDADE PARLAMENTAR

Resolução da Assembleia da República n.º 16/2015, de 18 de fevereiro

(Assembleia da República)

Prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão de Inquérito Parlamentar à Gestão do BES e do Grupo Espírito Santo, ao processo que conduziu à aplicação da medida de resolução e às suas consequências, nomeadamente quanto aos desenvolvimentos e opções relativos ao GES, ao BES e ao Novo Banco.

6. EDUCAÇÃO

Aviso n.º 2075-A/2015, de 24 de fevereiro

(Ministério da Educação e Ciência - Instituto de Avaliação Educativa, I. P.)

Procedimento de inscrição para a realização da componente específica da prova de avaliação de conhecimentos e capacidades para o ano escolar de 2014/2015.

Deliberação n.º 223/2015, de 25 de fevereiro

(Ministério da Educação e Ciência - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior)

Estabelece a correspondência entre os exames nacionais do ensino secundário e as provas de ingresso na candidatura de 2015/2016.

Deliberação n.º 223-A/2015, de 25 de fevereiro

(Ministério da Educação e Ciência - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior)

Fixa os pré-requisitos para a candidatura de 2015-2016.

Despacho n.º 2109/2015, de 27 de fevereiro

(Ministério da Educação e Ciência - Gabinete do Ministro)

Novo Programa para o Ensino Básico.



7. ENERGIA

Portaria n.º 53/2015, de 27 de fevereiro **(Ministério da Economia)**

Define os montantes, datas e formas de pagamento das taxas devidas à EP - Estradas de Portugal, S. A., pelo licenciamento para implantação de postos de abastecimento de combustíveis marginais às estradas e pela utilização privativa de acesso à estrada

Portaria n.º 54/2015, de 27 de fevereiro

(Ministérios da Economia e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Fixa as regras da localização, classificação, composição e funcionamento das áreas de serviço inseridas em zona de domínio público rodoviário e dos postos de abastecimento que sejam marginais às estradas que constituem a Rede Rodoviária Nacional, assim como as estradas regionais e estradas desclassificadas sob jurisdição da EP - Estradas de Portugal, S. A.

8. FINANÇAS

- ***BANCA, INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E SOCIEDADES FINANCEIRAS***

Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro **(Assembleia da República)**

Transpõe parcialmente as Diretivas n.ºs 2011/61/UE e 2013/14/UE, procedendo à revisão do regime jurídico dos organismos de investimento coletivo e à alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e ao Código dos Valores Mobiliários.

- ***CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS***

Declaração de Retificação n.º 6/2015, de 27 de fevereiro **(Assembleia da República)**

Declaração de Retificação à Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, que «Procede à alteração das normas fiscais ambientais nos sectores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de tributação dos sacos de plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro de uma reforma da fiscalidade ambiental».



- **PATRIMÓNIO DO ESTADO**

Portaria n.º 96/2015, de 16 de fevereiro

(Ministério das Finanças - Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro)

Estabelece critérios gerais e procedimentos nas avaliações dos imóveis do Estado.

- **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**

Declaração de Retificação n.º 5/2015, de 26 de fevereiro

(Assembleia da República)

Declaração de retificação à Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Orçamento do Estado para 2015.

9. INDÚSTRIA

Portaria n.º 52/2015, de fevereiro

(Ministérios da Economia, da Agricultura e do Mar e da Saúde)

Fixa as características a que devem obedecer os diferentes tipos de pão e de produtos afins do pão ou de padaria fina e revoga a Portaria n.º 425/98, de 25 de julho.

10. JUSTIÇA

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 2/2015, de 19 de fevereiro

(Supremo Tribunal de Justiça)

«No crime de abuso de confiança contra a Segurança Social, previsto e punido pelos artigos 107.º, número 1, e 105.º, números 1 e 5, do Regime Geral das Infrações Tributárias (RGIT), o prazo de prescrição do procedimento criminal começa a contar-se no dia imediato ao termo do prazo legalmente estabelecido para a entrega das prestações contributivas devidas, conforme dispõe o artigo 5.º, número 2, do mesmo diploma».

Acórdão n.º 858/2014, de 27 de fevereiro

(Tribunal Constitucional)

Julga inconstitucional a norma do artigo 26.º, n.º 1, alínea c), do Regulamento Disciplinar da Polícia de Segurança Pública, na parte em que determina para os funcionários e agentes aposentados a substituição da pena de demissão pela perda total do direito à pensão pelo período de 4 anos.



Acórdão n.º 26/2015, de 27 de fevereiro
(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a norma, extraída do artigo 255.º, n.º 1, do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março, no segmento em que determina a irrecorribilidade da decisão judicial que, considerando altamente improvável que o plano de pagamentos venha a obter aprovação, dá por encerrado o incidente iniciado com a apresentação de tal plano.

• **REGISTOS E NOTARIADO**

Portaria n.º 46/2015, de 23 de fevereiro
(Ministério da Justiça)

Primeira alteração da Portaria n.º 278/2013, de 26 de agosto, que regulamenta o processamento dos atos e os termos do processo de inventário nos cartórios notariais, no âmbito do regime Jurídico do Processo de Inventário aprovado pela Lei n.º 23/2013, de 5 de março.

11. PORTUGAL 2020

Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro
(Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Economia)

Adota o regulamento específico do domínio da Competitividade e Internacionalização.

Portaria n.º 57-B/2015, de 27 de fevereiro
(Presidência do Conselho de Ministros e Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Adota o Regulamento Específico Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos.

12. QREN

Despacho n.º 1773/2015, de 19 de fevereiro
(Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Gabinetes dos Secretários de Estado do Desenvolvimento Regional e da Solidariedade e da Segurança Social)

Alteração ao Despacho n.º 4749/2009, de 9 de fevereiro, que aprova o Regulamento Específico da tipologia de intervenção n.º 6.12, «Apoio ao Investimento a Respostas Integradas de Apoio Social», do Programa Operacional Potencial Humano.



13. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 4/2015/A, de 19 de fevereiro

(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Aprova a Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao ano 2013.

Decreto Legislativo Regional n.º 4/2015/A, de 20 de fevereiro

(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Atribui a designação de «tesouro regional» à imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres, do Convento da Esperança na ilha de São Miguel, e seus Cinco Dons.

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 5/2015/A, de 20 de fevereiro

(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Recomenda a criação um plano de emergência que minimize os efeitos da redução de pessoal civil ao serviço das forças militares norte-americanas na base das Lajes.

Declaração de Retificação n.º 4/2015, de 24 de fevereiro

(Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral)

Retifica o Decreto Legislativo Regional n.º 2/2015/A de 7 de janeiro, da Região Autónoma dos Açores, que aprova o Plano Anual Regional para 2015, publicado no Diário da República n.º 4, 1.ª série de 7 de janeiro de 2015.

Decreto Legislativo Regional n.º 5/2015/A, de 24 de fevereiro

(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Revoga o Decreto Legislativo Regional n.º 14/2006/A, de 6 de abril, que desafetou do regime florestal parcial uma parcela de terreno do núcleo florestal das Fontinhas, do perímetro florestal da Terceira, e respetiva cedência, a título precário, ao Clube Cinegético e Cinófilo da Ilha Terceira.

- **MADEIRA**

Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2015/M, de 24 de fevereiro

(Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo)

Aprova o Regulamento para a Atribuição de Apoios a Planos de Promoção e Marketing Turístico da Região Autónoma da Madeira.



14. SAÚDE

Portaria n.º 114-A/2015, de 18 de fevereiro

(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Altera o anexo à Portaria n.º 158/2014, de 21 de fevereiro, que revê o regime especial de comparticipação para medicamentos destinados ao tratamento da doença de hepatite C, definindo as substâncias abrangidas.

Despacho n.º 1855/2015, de 20 de fevereiro

(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Determina que a contratação de serviços de saúde através da modalidade de prestação de serviços, pelas Instituições do Serviço Nacional de Saúde do sector público empresarial, observa os termos legais aplicáveis à contratação pública e só é admissível em situações de imperiosa necessidade e em que comprovadamente se justifique o recurso a esta modalidade de trabalho, e desde que a referida contratação se enquadre na quota de autorização genérica.

Despacho n.º 1928/2015, de 24 de fevereiro

(Ministérios das Finanças, da Saúde e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento, Adjunto do Ministro da Saúde e da Solidariedade e da Segurança Social)

Autoriza o Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS,I.P.) e as Administrações Regionais de Saúde, I.P. (ARS, I.P.) a assumir os compromissos plurianuais no âmbito dos contratos-programa celebrados e renovados, durante o ano de 2015, com as entidades integradas ou a integrar a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI).

Despacho n.º 2055/2015, de 26 de fevereiro

(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde)

Estabelece as condições em que pode ser concedida a compensação prevista no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 36/2013, de 12 de junho, que aprovou o regime de garantia de qualidade e segurança dos órgãos de origem humana destinados a transplantação no corpo humano.

Declaração de Retificação n.º 8/2015, de 27 de fevereiro

(Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral)

Retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 79/2014, de 29 de dezembro, do Conselho de Ministros, que aprova o Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020 e o Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2016, publicada no Diário da República n.º 250, de 29 de dezembro de 2014.



Despacho n.º 2129-B/2015, de 27 de fevereiro

(Ministérios da Saúde, da Educação e Ciência e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Gabinetes dos Ministros da Saúde, da Educação e Ciência e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Aprova a Estratégia Integrada para as Doenças Raras 2015-2020 e revoga o Programa Nacional para as Doenças Raras, aprovado em 2008, e a criação de uma Rede Nacional de Centros de Referência para Doenças Raras, aprovada em 2011, pelo Ministério da Saúde.

15. SEGURANÇA SOCIAL

Despacho n.º 1773/2015, de 19 de fevereiro

(Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Gabinetes dos Secretários de Estado do Desenvolvimento Regional e da Solidariedade e da Segurança Social)

Alteração ao Despacho n.º 4749/2009, de 9 de fevereiro, que aprova o Regulamento Específico da tipologia de intervenção n.º 6.12, «Apoio ao Investimento a Respostas Integradas de Apoio Social», do Programa Operacional Potencial Humano.

Declaração de Retificação n.º 7/2015, de 27 de fevereiro

(Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria-Geral)

Retifica a Portaria n.º 286-A/2014, de 31 de dezembro, dos Ministérios das Finanças e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, que estabelece as normas de atualização das pensões mínimas do regime geral da segurança social para o ano de 2015, publicada no Diário da República n.º 252, 1.ª série, 2.º suplemento, de 31 de dezembro de 2014.

16. TRABALHO

• FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Lei n.º 14/2015, de 16 de fevereiro

(Assembleia da República)

Estabelece os requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais responsáveis pelas instalações elétricas, conformando-os com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno.



Lei n.º 15/2015, de 16 de fevereiro
(Assembleia da República)

Estabelece os requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais que atuam na área dos gases combustíveis, dos combustíveis e de outros produtos petrolíferos, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno, e procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro.

17. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **TRANSPORTES**

Portaria n.º 145-A/2015, de 20 de fevereiro

(Ministérios das Finanças e da Economia - Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento e das Infraestruturas, Transportes e Comunicações)

Autoriza a Metro do Porto, S. A., Entidade Pública Reclassificada, a proceder ao pagamento das verbas referentes à Prorrogação do Contrato de Subconcessão da Operação e Manutenção do Sistema de Metro Ligeiro na Área Metropolitana do Porto.

18. TURISMO

Despacho n.º 2105/2015, de 27 de fevereiro

(Ministérios da Economia e da Saúde - Gabinetes dos Ministros da Economia e da Saúde)

Determina a implementação das recomendações do Grupo de Trabalho Interministerial constituído com o objetivo de contribuir para a estruturação do produto Turismo de Saúde.

19. URBANISMO

Portaria n.º 53/2015, de 27 de fevereiro

(Ministério da Economia)

Define os montantes, datas e formas de pagamento das taxas devidas à EP - Estradas de Portugal, S. A., pelo licenciamento para implantação de postos de abastecimento de combustíveis marginais às estradas e pela utilização privativa de acesso à estrada



Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral



Portaria n.º 54/2015, de 27 de fevereiro

(Ministérios da Economia e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)

Fixa as regras da localização, classificação, composição e funcionamento das áreas de serviço inseridas em zona de domínio público rodoviário e dos postos de abastecimento que sejam marginais às estradas que constituem a Rede Rodoviária Nacional, assim como as estradas regionais e estradas desclassificadas sob jurisdição da EP - Estradas de Portugal, S. A.